

Helena de Souza Nunes
Organizadora

**EAD na Formação de Professores de Música:
Fundamentos e Prospecções**

Volume 1

GRÁFICA
Copiar
EDITORA

Tubarão - 2012



Presidenta da República

Dilma Vanna Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Ruy Vicente Oppermann

Secretário de Educação a Distância

Sérgio Roberto Kieling Franco

Diretor do Instituto de Artes

Alfredo Nicolaiewsky

Chefe do Departamento de Música

Jocelei Cirilo Bohrer

Coordenadora do Curso de Licenciatura em Música EAD

Helena Müller de Souza Nunes

Comitê Editorial de Educação a Distância da SEAD/UFRGS

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lúcia Fernandes Carneiro

Sérgio Roberto Kieling Franco

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Helena de Souza Nunes
Organizadora

**EAD na Formação de Professores de Música:
Fundamentos e Prospecções**

Volume 1

 Licenciatura em Música modalidade EAD
Programa Pró-Licenciaturas do MEC

Programa Pró-Licenciaturas do MEC
Licenciatura em Música modalidade EAD da UFRGS e Universidades Parceiras

Capa: Sabrina Spritzer

Projeto gráfico e ilustrações: Pedro Steigleder Matzenbacher e Sabrina Spritzer

Diagramação: Lucas de Moura, Ricardo Gabriel Herdt, Rodrigo Schramm

Revisão de conteúdos: Clarissa de Godoy Menezes, Cláudia Elisiane Ferreira dos Santos, Dorcas Janice Weber, Felipe de Miranda Rebouças, Leonardo Nunes, Marília Raquel Albornoz Stein

Revisão de ortografia, gramática e padronização ABNT: Patrícia Regina da Costa

E11 EAD na formação de professores de música : volume 1 : fundamentos e prospecções / Helena de Souza Nunes organizadora ; colaboradores Adriano Almeida Oliveira ... [et al.] -- Tubarão : Copiart, 2012.
320 p. il. color. ; 23 cm.

ISBN 978-85-99554-77-7

1. Música na educação. 2. Música – Instrução e estudo.
3. Ensino a distância – Brasil. I. Nunes, Helena de Souza.

CDD (21. ed.) 371.33

Elaborada por: Sibele Meneghel Bittencourt – CRB 14/244

Trajetórias da Construção de uma Política

*Sérgio Roberto Kieling Franco*³

Falar do Programa Pró-Licenciatura exige que se faça um pequeno retrocesso histórico, para se entender como e em que condições o MEC passou a fomentar cursos a distância nas universidades brasileiras. Essa história tem um marco importante no ano de 1998, quando as universidades públicas começam a se reunir para discutir formas de tornar possível ofertas de cursos a distância no Brasil. Algo que já havia sido tentado, mas sem sucesso, pelo Consórcio Brasilead, que congregava as Faculdades de Educação das universidades públicas brasileiras, e que, desde 1997 não mais se sustentava⁴. Desse movimento, surge a UniRede, que se constituiu em um Protocolo de Intenções entre quase todas as universidades públicas brasileiras, com o intuito de influenciar na política do Ministério da Educação⁵, o qual, no ano anterior, havia criado a Secretaria de Educação a Distância (SEED), que nesta época, se ocupava de três programas fundamentais: a TV Escola, o ProInfo e o ProFormação. Não havia muito espaço para tal composição, pois a atuação do MEC com relação à educação a distância era centrada fundamentalmente na formação continuada de professores, tendo como ferramenta principal a TV Escola.

³Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da UFRGS. Secretário de Educação a Distância da UFRGS. Foi Diretor de Políticas de Educação a Distância da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, de maio de 2004 a setembro de 2005, época em que foi implementado o Programa Pró-Licenciatura.

⁴As tentativas de se fazer educação superior a distância no Brasil são bastante antigas. As mais concretas remontam à fundação da Universidade de Brasília, no início dos anos 1960, passando por muitas outras de iniciativa do Governo Federal ou mesmo do Congresso Nacional. Aqui neste texto estou apenas me referindo aos principais acontecimentos que tenham relação mais direta com a criação do Programa Pró-Licenciatura.

⁵Hoje a UniRede se constitui como uma associação formal das instituições públicas de educação superior que tem como objetivo fundamental a articulação entre elas para a consolidação institucional e acadêmica da educação a distância.

A mobilização das universidades e sua pressão junto ao MEC tiveram como primeiro resultado uma aproximação, que gerou a encomenda de cursos de especialização a distância, para formar quadros para os programas do próprio Ministério na área. O principal curso foi o denominado *Educação a Distância e os Desafios de Hoje*. Essa aproximação do MEC com as instituições, através da UniRede foi um processo um tanto acanhado e tinha como foco desenvolver certos cursos a distância, mas que não traziam consigo a possibilidade da criação de cursos superiores nesta modalidade de ensino, mais precisamente cursos de graduação. Algumas universidades se envolveram nesse processo, mas o movimento foi bastante tímido, em parte porque se tratava de uma atuação das instituições como repassadoras de um curso, que fora concebido por um grupo. Não se pode negar, que houve aqui um processo participativo, no qual um grupo de professores de várias universidades atuou na concepção; todavia, não faz parte da natureza da universidade, especialmente aquelas que se comportam como protagonistas do desenvolvimento e do ensino, participarem de um curso como simples multiplicadoras. Ademais, nesse projeto havia um modelo de educação a distância fortemente centrado na distribuição de materiais instrucionais, o que não correspondia àquilo a que a UFRGS, por exemplo, havia se proposto, que era trabalhar com educação a distância marcadamente através da Internet.

Tal decisão tomada na UFRGS era, na época, muito discutível, pois a Internet ainda era um tanto incipiente, e não havia ferramentas muito desenvolvidas; havia apenas o surgimento aqui ou ali de alguns ambientes de aprendizagem. Destaque-se o desenvolvimento do TelEduc, pela Unicamp, e do e-ProInfo, pelo próprio MEC, este com grande influência de estudos feitos na UFRGS. Havia também o desenvolvimento de alguns ambientes virtuais por empresas, que eram normalmente caros e pouco funcionais. Além do mais, era preponderante o discurso de que, uma vez que a tecnologia da Internet não estava espalhada por todo o país, seria necessário que a educação a distância estivesse de acordo com as limitações dos locais mais desprovidos de recursos tecnológicos. Mas o cenário sofreu algumas modificações. Com a mudança de governo, em 2003, quando assume a presidência Luís Inácio Lula da Silva, surgiu um novo modelo de relações entre as universidades e o Ministério da Educação. Passou-se de um período de enfrentamento para um período de diálogo. Nesse clima de diálogo, surge no MEC a ideia da criação de uma fundação ou algo similar, que seria o protótipo de uma “universidade aberta brasileira”. Como se estava vindo de um arrocho nas universidades, com falta de pessoal e de recursos em geral, a reação não foi muito positiva, parecendo que, ao invés de apoiar o desenvolvimento da educação a distância nas universidades, o Ministério envidaria esforços para a criação de uma nova instituição, novamente deixando as uni-

versidades para trás. Mas isso não encerrou o diálogo, pelo contrário, tornou-o profícuo, abrindo caminhos para novas possibilidades.

O Ministério chamou a UniRede para tentar desenhar um quadro nacional com formação de consórcios, buscando uma forma de fomentar e financiar a oferta de cursos a distância pelo Brasil, algo que vinha dando certo no Rio de Janeiro (Consórcio Cederj) e que já havia mostrado bons resultados em Minas Gerais com um amplo programa de formação de professores (Projeto Veredas). Nesse clima nasce o esboço de um edital, para que as universidades públicas se apresentassem no oferecimento de cursos a distância, a serem financiados de modo extraordinário, através da concessão de recursos de custeio e capital, além de bolsas para professores e tutores. A ideia estava amadurecendo no interior do Ministério, mas como ainda havia resquícios da falta de diálogo das universidades com o Ministério, este não tinha a noção exata de como tornar possível a execução dos cursos. Iniciou-se, então, um processo fecundo de conversação com as universidades, através da UniRede, para que fossem acertados os termos do edital. Após árduo trabalho da comissão de avaliação das propostas, foram contemplados dezenove projetos. Tratava-se de um programa inovador, que, pode-se dizer, nem o Ministério tinha clareza quanto a sua importância. Empregando-se um recurso da SEED, e não da Secretaria de Educação Superior (SESu), que era a responsável pelo financiamento das universidades. Era um programa que havia sido encaixado em uma ação do orçamento, e que necessariamente deveria crescer, pois os cursos, para serem levados a cabo, necessitavam o aporte anual de recursos. Ademais, já se gestionava, internamente na SEED, a possibilidade de publicar novos editais com a mesma configuração e, nesse caso, o orçamento deveria necessariamente ser aumentado a cada novo edital, permanecendo esse aumento até o término dos cursos. Nesse primeiro edital, reforçou-se a ideia dos consórcios de universidades, de modo a possibilitar uma abrangência territorial maior, além de permitir que algumas universidades, com mais expertise na área, pudessem colaborar para a formação de quadros e de *know how* nas universidades com menos experiência.

Ao mesmo tempo em que se planejava, no âmbito da SEED, a publicação de um novo edital para o ano seguinte, travava-se uma outra discussão dentro do Ministério, buscando encontrar caminhos para se solucionar o problema grave da qualidade da Educação Básica. Em todas as discussões se concluiu que um dos problemas centrais era a formação dos professores. Era necessário investir pesadamente na formação inicial e continuada desses profissionais. Falava-se em investir em formação inicial, porque a maioria dos professores que atuavam nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental tinha como formação apenas o chamado Curso Normal, de nível médio. Também era alarmante o número

de professores, que atuavam nas mais diversas áreas, no Ensino Fundamental e Médio, sem a formação em Licenciatura para as disciplinas que lecionavam. A Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB) buscava uma forma de promover soluções para esse problema. E a experiência da SEED com o Edital 01 era um demonstrativo de que essa talvez fosse uma forma de se atacar o problema. O encontro entre as duas Secretarias foi fundamental, conforme já escrevi em outra ocasião sobre o quão profícuo foi esse trabalho (FRANCO, 2006). Algo que, infelizmente não durou muito, pois os processos burocráticos e a estrutura do Ministério não facilitam muito esse tipo de iniciativa. Em todo o caso, conseguiu-se gestar o Programa Pró-licenciatura em um trabalho conjunto de SEED e SEB. Nesse momento, se buscou também incorporar as instituições comunitárias no processo; em parte devido à experiência da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica da SEB/MEC (REDE), na qual já participavam algumas Instituições de Educação Superior (IES) comunitárias ou confessionais. Também se tinha o entendimento, de que somente as instituições públicas não conseguiriam dar conta de toda a necessidade nacional. Não se pode descartar também que se estava vivendo um momento forte da caracterização das IES comunitárias como públicas não estatais, na esteira do projeto de reforma universitária, que se encontrava em gestação na época, mas que não teve sucesso na tramitação no Congresso Nacional.

Ao se desenhar o Programa Pró-Licenciatura, esperava-se atingir o país todo, fazendo uma orquestração com as universidades. A ideia original era fazer um mapeamento das necessidades paralelamente a uma oferta de cursos por parte das IES. Ou seja, as universidades apresentariam suas possibilidades de oferta de cursos, com as quais se construiria um mapa das mesmas. Ao mesmo tempo, estava sendo feito um levantamento, a partir dos dados do Ministério, sobre as necessidades de formação. A superposição desses mapas possibilitaria a noção clara, do que se podia atender das necessidades e o que precisaria ser ajustado, com relação às ofertas. Ou seja, os próximos editais direcionariam o encontro entre necessidades e ofertas. Assim, por exemplo, se houvesse necessidade de formação de professores de Geografia no Estado do Mato Grosso, e nenhuma instituição houvesse feito essa oferta, o segundo edital seria precedido de uma negociação para que alguma IES com experiência na oferta desse curso, o fizesse, de preferência associada com instituições da Região. Uma questão importante é que não se pensava em encomendar às universidades cursos a serem oferecidos, pois isso transforma as instituições de ensino em meras prestadoras de serviço, o que vai contra a própria concepção de universidade, como produtora de saber, e que desenvolve expertise a partir da sua dinâmica de produção de conhecimento, através do desenvolvimento de pesquisas e de ações de extensão, sem excluir o desenvolvimento de ações de

ensino. Não se pode negar que o gigantismo da proposta assustava um pouco. Na primeira oferta, a partir do Edital 01, abriram-se 18.500 vagas. A previsão era que nos anos seguintes, entre 2005 e 2009, abrir-se-iam 30.000 vagas a cada ano. Assim o Brasil, no cenário mundial, saía da lanterna na oferta de cursos superiores a distância para alcançar a liderança na oferta de educação a distância, pelo menos na América Latina. Por outro lado, sabia-se que o esforço, tanto governamental como das IES e das redes públicas de Educação Básica seriam enormes.

É importante salientar que esse movimento não se dava de forma isolada. Estava sendo gestado, em discussões com várias entidades e interlocutores, o novo decreto de regulamentação da educação a distância. Havia a certeza de que o decreto então em vigor, Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, não dava conta da realidade então vigente, além de não ter boa definição de limites para a atuação das instituições de ensino na modalidade a distância. Não se pode esquecer que ainda se estava na esteira da grande expansão do ensino superior privado no Brasil. A base do novo decreto já estava alinhavada, mas era preciso aparar algumas arestas, processo que envolveu o Ministério, e particularmente a SEED, de 2003 a 2005. O resultado disso foi o Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que realmente representou um grande avanço sobre o decreto anterior e abrangia algumas regras que foram importantes para a concretização dos cursos ofertados no âmbito do Programa. Assim, fazer o Pró-Licenciatura exigia tomar uma série de medidas. Entre elas era necessário torná-lo exequível do ponto de vista orçamentário. Para isso era preciso não só definir de onde saíam os recursos, como também implementar um processo novo de concessão de bolsas. Isso levou a ser necessário minutar um Projeto de Lei, que desse resguardo a essa nova modalidade. Assim foi forjada a Lei n. 11.273, de 6 de fevereiro de 2006; não sem um processo grande de negociação, pois eram tempos de contenção de despesas no Governo Federal, que estava determinado a conseguir superávit primário. Nesse contexto, uma lei que concedia bolsas para a oferta de cursos superiores, que não poderiam ser contingenciadas a qualquer momento, representava um caminhar em direção oposta. O argumento que venceu essa discussão foi o de que fazer um processo educativo com conseqüências, implicava necessariamente em disponibilizar recursos de longo prazo, pois Educação não é um negócio. Para isso foi preciso envolver também o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como operador dos recursos para a concessão das bolsas.

Hoje, olhando de longe, se vê o quanto se estava tateando, pois não havia disponibilidade de informações precisas sobre o quadro nacional; mas, por outro lado, o tamanho planejado para o Pró-Licenciatura também comportava

uma certa dose de improvisação, afinal ele pretendia atender uma demanda de quase duzentos mil professores, o que representa um décimo do objetivo do Programa Universidade Aberta do Brasil. Pode-se depreender facilmente daí, que a iniciativa do Pró-Licenciatura deu as bases para a proposição da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em parte porque demonstrou, que era possível mobilizar as universidades e que o modelo de bolsas poderia ser uma alternativa até que se conseguisse encontrar uma saída institucional mais consistente, embora isso não tenha ocorrido até o momento. A diferença fundamental é que o Pró-Licenciatura se sabia como um programa provisório, enquanto a UAB se propôs como um programa para ser permanente, ainda que as alternativas de financiamento e de mobilização das instituições tenham se mantido dentro das medidas de provisoriedade.

A apresentação desses fatos históricos incita a que se conte alguns aspectos interessantes a respeito do curso de Licenciatura em Música a distância, no âmbito do Pró-Licenciatura, oferecido pela UFRGS. Para isso peço licença aos leitores para mudar a forma do texto e passar a narrar em primeira pessoa. Lembro-me bem da noite em que, chegando em um hotel em Vitória (ES), para participar de um debate com o curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Espírito Santo, encontrei as professoras Helena de Souza Nunes e Annamaria Piffero Rangel. Perguntei-lhes, se não tinham a intenção de oferecer o curso de Música no Programa Pró-Licenciatura, aproveitando a experiência do Centro de Artes e Educação Física da UFRGS (CAEF), pois o edital estava aberto e faltavam poucos dias para o prazo final de proposição dos cursos pelas universidades. Conversamos cerca de uma hora, após o jantar. E, na manhã seguinte, as duas já tinham o roteiro traçado para montarem o curso. Isso implicara que tivessem feito, em um tempo recorde, um périplo por praticamente todo o Brasil a fim de estabelecerem as parcerias necessárias, aproveitando aquelas já estabelecidas no Programa de Formação Continuada, e poderem definir a abrangência do curso. Não foi tarefa fácil fazer todo o projeto pedagógico do curso, pois era necessário atender às normas legais e institucionais e, ao mesmo tempo, serem muito criativos para darem conta das especificidades de um curso de Música. Afinal, trata-se de uma daquelas áreas, para a qual é comum se dizer que é impossível ensinar a distância. No entanto, penso que é um dos cursos, que conseguiu colocar em prática nosso discurso, o qual enfatiza, que não se deve perguntar se tal ou qual curso pode ou não ser a distância, mas perguntar o que pode ser a distância em cada curso.

Implementar um processo rico de transformação da educação brasileira não é tarefa simples. Analisando agora o que ocorreu com a implantação do Pró-Licenciatura, se vê, que foi um ato de coragem do Ministério da Educação

e que, como boa semente, ele não vingou por si próprio, mas estabeleceu as condições para que a educação a distância se fortalecesse e se institucionalizasse nas universidades brasileiras. Não quero dizer com isso, que o processo de institucionalização esteja concluído. Há ainda muito a ser feito, pois a educação a distância continua tendo seu financiamento à parte do orçamento regular das Universidades; no entanto, o fato de já terem sido concedidas novas vagas de professores e de técnico-administrativos exatamente para dar sustentação aos cursos a distância, já é um grande avanço. Também as formas de financiamento estão evoluindo, ainda que a definição clara do papel dos tutores e de sua vinculação com os cursos também ainda não esteja resolvida. Ou seja, muitos desafios precisam ainda ser vencidos; mas hoje o Brasil já está no mapa mundial da oferta de cursos superiores a distância e tem uma experiência bastante diversificada, para que se possa estabelecer parâmetros de qualidade para a modalidade, tarefa que vem sendo enfrentada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Os pioneiros são os que mais se arranharam na abertura dos caminhos, mas levam consigo a certeza de que sem esses arranhões, sequer se chegaria perto do que se alcançou.